

CLIPPING

30 Novembro de 2018
O Liberal – Atualidades, 06

Pesquisadores tentam melhorar o Plano Diretor

MUDANÇA - Levar em consideração as bacias hidrográficas e deixar para trás a divisão por distritos é uma das sugestões das para a audiência pública de ontem

Dividir a cidade não mais por distritos administrativos, mas a partir de sua bacia hidrográfica, devido às características físico-territoriais. É esta uma das sugestões coletadas ontem, junto a pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada e do Programa de Apoio à Reforma Urbana, ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA), em audiência pública para tratar da revisão do Plano Diretor de Gestão Urbana de Belém (PDGU/Belém), realizada na Câmara Municipal de Belém.

Solicitada pela vereadora Marinor Brito (PSOL), a audiência procurou revisar o plano, de modo a delinear os novos desafios que devem ser enfrentados pelo município nos próximos anos. A vigência da versão atual do Plano Diretor de Belém, aprovada em 2008, encerra-se no dia 31 de dezembro. Por isso, um documento com os argumentos e deliberações da audiência foi produzido e será encaminhado

à Câmara Municipal e à Prefeitura de Belém.

Maria Elvira Rocha de Sá, pesquisadora e representante da UFPA, afirmou que a audiência buscou a atualização do plano. Dentre os pontos problematizados pela pesquisadora está a unidade de planejamento da cidade. “Eu acho que devemos trabalhar as bacias hidrográficas, envolvendo transporte hidroviários e demais estruturas para a sociedade”, opinou. “Vamos ter uma trabalho que precisa ser potencializado e qualificado”.

Segundo Marinor Brito, a sociedade civil tem papel essencial para o planejamento da cidade. “Nosso ponto de partida é o protagonismo que ela deve ter”, defendeu, “a relação da sociedade sobre o que efetivamente foi inserido no processo dos planos plurianuais e nas leis de diretrizes orçamentárias”.

A audiência também discutiu a falta de execução de algumas ações previstas. “O plano nesses 10 anos de vigência deixou de cumprir algumas

deliberações, entre as quais as que dizem respeito ao monitoramento social”, criticou. “Só agora, no último ano de vigência, foi instalado o Conselho Municipal de Desenvolvimento, que tem por finalidade fazer o monitoramento e acompanhamento do plano”.

Ainda segundo a vereadora, não há nenhum tipo de controle. “Belém deveria ter um planejamento, em 18 meses depois da aprovação do plano, para organizar ações de enfrentamento dos alagamentos, democratização e descentralização da cultura e patrimônio, saneamento básico, resíduos sólidos, transporte e questões relacionadas às suas 39 ilhas, mas o que vemos são obras de infraestrutura inacabadas”, completou.

Problemas de planejamento foram debatidos em audiência pública chamada na Câmara dos Vereadores, nesta quinta